

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

1 - DAS CONDIÇÕES GERAIS E DO SUPORTE LEGAL

A **Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**, doravante **ARES-PCJ**, realiza processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios por ela regulados, cujas despesas serão atendidas com a rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*).

Face ao exposto, a ARES-PCJ torna público, para ciência dos interessados que, por intermédio de seu Pregoeiro, Paulo de Oliveira Matos Junior, designado pela Portaria nº. 06/2019, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**. O recebimento e a abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão no dia **09 de outubro de 2019 às 10h** (horário de Brasília), na sede da ARES-PCJ, localizada na Av. Paulista, 633, Jardim Santana, no município de Americana/SP.

Também integram este Edital os seguintes anexos: **Anexo I - Planilha de Proposta Comercial; Anexo II - Declaração que a empresa está apta a cumprir todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital; Anexo III - Declaração de não enquadramento nas vedações da Lei Complementar nº 123/2006; Anexo IV - Declaração de situação regular junto ao Ministério do Trabalho, em atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da CF/1988; Anexo V - Termo de Credenciamento; e, Anexo VI - Minuta de contrato.**

A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e será integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, regida, ainda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 12.846/2013, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93, consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, constante do processo indicado acima.

2 - DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios regulados pela ARES-PCJ, nos seguintes moldes e com as seguintes características:

2.1.1. DOS OBJETIVOS:

- a) Medir a satisfação dos usuários em relação ao prestador de serviços de água e esgoto;
- b) Identificar oportunidades de melhoria na prestação dos serviços;
- c) Identificar o grau de conhecimento da população sobre a agência reguladora (ARES-PCJ), bem como o grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pela agência.

2.1.2. DO PÚBLICO ALVO: Usuários dos serviços de água e esgoto nos municípios pesquisados.

2.1.3. DO PLANO AMOSTRAL:

2.1.3.1. O universo a ser pesquisado é composto dos atuais usuários (residenciais, comerciais ou industriais) dos produtos água encanada e/ou coleta de esgoto dos prestadores dos serviços de saneamento de municípios selecionados dentre os regulados pela ARES-PCJ.

2.1.3.2. A amostra e metodologia de abordagem foram definidas para cada município e consideraram aspectos específicos e melhores práticas de mercado. A amostra é representativa do universo, garantindo resultados com um nível de confiança de 95%.

2.1.3.3. Para efeito de medição (faturamento) os municípios poderão ser divididos em regiões, devendo ser apresentados relatórios para cada uma delas.

2.1.3.4. No quadro abaixo, constam o número de usuários deste universo, representados pelo total populacional (projeção IBGE 2018); a amostra a ser realizada em cada município e a data referência para a coleta de dados (entrevistas):

CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Americana	237.112	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Amparo	71.700	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Analândia	4.933	5%	330	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Araraquara	233.744	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Araras	132.934	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Artur Nogueira	53.450	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Atibaia	141.398	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Bom Jesus dos Perdões	24.898	5%	370	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Brotas	24.163	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Campinas	1.194.094	4%	590	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Capivari	55.141	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Cerquillo	48.074	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Cordeirópolis	24.221	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1

Corumbataí	4.047	5%	330	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Cosmópolis	70.998	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Dois Córregos	27.112	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Guaíra	40.533	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Holambra	14.579	5%	360	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Hortolândia	227.353	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Indaiatuba	246.908	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Ipeúna	7.401	5%	350	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Iracemápolis	23.846	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Itapira	74.299	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Itirapina	17.922	5%	360	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Itu	172.268	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jaboticabal	76.864	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Jaguariúna	56.221	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jumirim	3.315	5%	320	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jundiá	414.810	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Leme	102.412	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Limeira	303.682	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Louveira	47.748	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Mogi Guaçu	150.713	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Mogi Mirim	92.715	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Monte Alegre do Sul	7.964	5%	350	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Nova Odessa	59.371	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Paraibuna	18.180	5%	360	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Pedreira	47.361	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Piracicaba	400.949	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Pirassununga	75.930	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Porto Feliz	52.785	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Rafard	9.050	5%	350	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Ribeirão Preto	694.534	4%	590	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Rio Claro	204.797	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Rio das Pedras	34.704	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1

Salto	117.561	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Santa Bárbara D'Oeste	192.536	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Santa Rita do Passa Quatro	27.514	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Santo Antonio de Posse	23.085	5%	370	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
São Carlos	249.415	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
São Pedro	35.318	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Sorocaba	671.186	4%	590	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Sumaré	278.571	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Tietê	41.622	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Valinhos	127.123	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Vinhedo	77.308	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
TOTAL	7.868.472	<1%	21.430		

2.1.4. **DA ABORDAGEM:** A técnica de abordagem é presencial, sendo as entrevistas pessoais. A empresa contratada será responsável pela distribuição amostral sendo que cada unidade da amostra (residência ou comércio/indústria) deverá ser sorteada aleatoriamente a partir dos dados censitários informados pelo IBGE.

2.1.5. **DA COLETA DE DADOS (CAMPO):** Através de abordagem pessoal, a coleta de dados deverá acontecer dentro do intervalo apresentado, considerando a data mencionada na coluna "Período de Coleta" da tabela acima.

2.1.6. **DO RESPONDENTE:**

2.1.6.1. **Residências:** o responsável pelas contas de consumo, preferencialmente o chefe da família ou cônjuge.

2.1.6.2. **Condomínios:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água no condomínio, preferencialmente o síndico.

2.1.6.3. **Comércios:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água no comércio, preferencialmente o gerente ou proprietário.

2.1.6.4. **Indústrias:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água na indústria, preferencialmente o gerente ou proprietário.

2.1.7. **DAS ÁREAS DE ABORDAGEM:** Na realização dos trabalhos, a Contratada deverá abordar os seguintes fatores:

2.1.7.1. Avaliação da qualidade da água encanada que recebe do prestador de sua cidade;

2.1.7.2. Avaliação do serviço de esgoto;

2.1.7.3. Avaliação do atendimento;

2.1.7.4. Avaliação dos canais de atendimento e ouvidoria do prestador de serviço de água e esgoto;

- 2.1.7.5. Opinião sobre o melhor canal para fazer contato com o prestador;
- 2.1.7.6. Satisfação com os serviços de água e esgoto do município;
- 2.1.7.7. Satisfação com os serviços de varrição do município;
- 2.1.7.8. Satisfação com os serviços de coleta de resíduos sólidos do município;
- 2.1.7.9. Satisfação com outros aspectos pertinentes ao negócio;
- 2.1.7.10. Meios que se informa sobre as notícias da cidade e notícias em geral;
- 2.1.7.11. Nível de conhecimento e avaliação da ARES-PCJ.

2.1.8. DOS ÍNDICES DE SATISFAÇÃO: Os índices de satisfação a serem aferidos nos trabalhos realizados pela Contratada deverão contemplar/atribuir:

- a) Escala com notas de 0 a 10, sendo 0 nada satisfeito e 10 totalmente satisfeito;
- b) Motivação da nota atribuída.

2.1.9. DOS QUESTIONÁRIOS: Com relação aos questionários a serem elaborados para a realização da pesquisa de satisfação com os usuários, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- 2.1.9.1. ARES-PCJ fornecerá os objetivos específicos para formatação do questionário;
- 2.1.9.2. A contratada deverá adequar o questionário ao conteúdo solicitado neste termo de referência, considerando versão aplicada anteriormente, a fim de manter a série histórica;
- 2.1.9.3. Deverá ser aplicado pré-teste para validação do questionário;
- 2.1.9.4. A versão final do questionário deverá ser aprovada pela ARES-PCJ.

2.1.10. DO TRABALHO DE CAMPO E CONTROLE DE QUALIDADE: Com relação ao trabalho de campo a ser realizado pela contratada, bem como em relação ao controle de qualidade da pesquisa em si, assim como de seus resultados, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- 2.1.10.1. A contratada deverá contar com equipe de entrevistadores com experiência em pesquisas desta vertente, devidamente treinados para este trabalho, sendo que os treinamentos poderão ser acompanhados e avaliados pela ARES-PCJ;
- 2.1.10.2. Poderá ocorrer crítica em 100% (cem por cento) dos questionários;
- 2.1.10.3. Poderá haver checagem de 30% (trinta por cento) dos questionários;
- 2.1.10.4. Haverá supervisão comprovada em todos os níveis do processo de trabalho a ser realizado pela contratada;
- 2.1.10.5. Deverá haver consistência do banco de dados de saída.

2.1.11. DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS:

- 2.1.11.1. As respostas abertas e comentários deverão ser pré-codificados e agrupados por similaridade;
- 2.1.11.2. As respostas abertas e comentários deverão ser digitados no banco de dados exatamente como mencionado pelo entrevistado;
- 2.1.11.3. Para cada grupo de municípios deverá ser apresentada uma análise dos resultados, apontando os pontos fortes e oportunidades de melhoria;

2.1.11.4. É necessário que a contratada tenha, no ato da assinatura do contrato, em sua equipe pelo menos um profissional estatístico sênior, registrado no conselho de classe da sua região, além de um profissional de marketing capacitado e com experiência comprovada em análises de mercado a partir de informações de pesquisa de satisfação/percepção de clientes.

2.1.12.DAS OBSERVAÇÕES PERTINENTES:

2.1.12.1. Todo o processo terá o acompanhamento da ARES-PCJ: desenvolvimento da pesquisa, entrevistas, aplicação, supervisão, edição de questionários, pré-teste, processamento dos dados, incluindo tabelas de frequência, tabulações cruzadas, provas estatísticas, possíveis análises de correlação realizadas, bem como quaisquer outras atividades que façam parte do plano de trabalho;

2.1.12.2. A contratada deverá comunicar a ARES-PCJ a respeito da realização da pesquisa (trabalho de campo), sobre cada município em que for ocorrer, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

2.1.12.3. A contratada deverá seguir o código de ética e conduta de sua categoria, além de estar registrada junto ao Conselho Regional de Estatística (CONRE).

3 - DOS PRODUTOS E DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. DO PLANEJAMENTO: A contratada deverá considerar no relatório de planejamento - a partir da emissão, pela ARES-PCJ, da Ordem de Serviços (OS) – as seguintes etapas mínimas:

3.1.1. Cronograma de execução do contrato considerando: reunião de esclarecimento do termo de referência; etapas do processo; prazo de execução de cada etapa, bem como profissionais envolvidos;

3.1.2. Adequação do questionário;

3.1.3. Aprovação, pela ARES-PCJ, da versão final do questionário;

3.1.4. Treinamento dos entrevistadores;

3.1.5. Coleta de dados conforme cronograma;

3.1.6. Primeira versão do relatório para análise e aprovação da ARES-PCJ;

3.1.7. Entrega dos relatórios conforme cronograma.

3.2. DOS RELATÓRIOS:

3.2.1. Deverá ser apresentado relatório consolidado estratificado por município, bem como relatório geral com todos os municípios.

3.2.1.1. Os relatórios individuais (cada município) deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início da coleta de dados de cada lote e o relatório consolidado em até 45 (quarenta e cinco) dias após início do lote 3.

3.2.1.2. O relatório final de cada cidade, contendo todos os resultados do estudo, deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início da coleta de dados de cada lote.

3.2.2. Os relatórios deverão ser confeccionados em Power Point e disponibilizados digitalmente.

3.2.3. Os relatórios deverão seguir, no mínimo, o padrão de qualidade estética, estrutural e de conteúdo do “modelo” que será fornecido pela ARE-SPCJ.

3.2.4. Total de 59 relatórios, sendo 01 por município pesquisado (total de 58) e 01 geral.

3.2.5. Todos os relatórios serão analisados e considerados entregues após aprovação da ARES-PCJ.

3.3. DO BANCO DE DADOS:

3.3.1. Deverá a contratada realizar entrega de banco de dados, no ato de entrega do último relatório – relatório consolidado com todos os municípios -, com informações separadas por município, em meio digital, formato Excel, acompanhado de dicionário de dados.

3.3.2. O banco de dados deve estar organizado de forma que seja possível consultar os resultados por tema/questão.

3.3.3. Todas as respostas abertas e comentários de satisfação – que deverão estar discriminados no banco de dados - deverão estar transcritos conforme respondido pelo entrevistado.

4 - DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela integral e satisfatória execução do objeto deste Edital, a ARES-PCJ pagará o valor respectivo, com desembolso condicionado à aprovação, pela agência reguladora (ARES-PCJ), dos produtos destacados no item 3 deste Edital, na forma do seguinte cronograma:

4.1.1. **20%: 15 (quinze) dias após entrega do planejamento** - Produto: Relatório de planejamento da execução do contrato com: detalhamento das principais etapas do processo, prazo de execução de cada etapa e profissionais envolvidos;

4.1.2. **25%: 30 (trinta) dias após início do trabalho de campo do 1º lote** - Produto: Relatórios;

4.1.3. **25%: 30 (trinta) dias após a entrega do último relatório referente ao 2º lote** - Produto: Relatórios;

4.1.4. **30%: 30 (trinta) dias após a entrega do último relatório referente ao 3º lote e do relatório geral do grupo de municípios** - Produto: Relatórios.

4.2. A falta de aprovação de qualquer dos produtos por parte da ARES-PCJ obriga a contratada a refazer a parte considerada insatisfatória.

4.3. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da ARES-PCJ, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE, “*pro rata die*”, devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

4.4. Os preços deverão incluir todas e quaisquer despesas diretas e indiretas incluindo e não se limitando às despesas com materiais, pessoal, encargos, despesas com viagens, estadias, refeições, combustíveis, comunicações, seguros, impostos e taxas.

5 - DO PRAZO DO CONTRATO A SER CELEBRADO

5.1. O prazo do contrato a ser celebrado para prestação dos serviços objetivados neste Edital será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, podendo ser prorrogado a critério e conveniência da ARES-PCJ.

6 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão entregar ao pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**”, contendo na parte externa o número do pregão, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame.

6.2. Licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal com Aviso de Recebimento – A.R. deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do Sr. pregoeiro. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após o horário de abertura estipulado no presente Edital.

6.3. Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a ARES-PCJ.

6.4. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas com atividade no ramo ou atividades afins, desde que constando expressamente em seu Contrato Social ou Estatuto, que apresentarem toda a documentação exigida e satisfaçam as condições estabelecidas neste **PREGÃO**.

6.5. Não será permitida a participação de empresas em forma de consórcio, devendo cada empresa apresentar proposta isoladamente, como única responsável, perante o trabalho objeto desta licitação.

6.6. A ARES-PCJ designará um responsável do Departamento Administrativo da Entidade para fiscalizar os serviços realizados, sendo que, deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto deste **PREGÃO**, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou falhas observadas.

6.7. Os serviços ora licitados, serão examinados, conferidos, aceitos e atestados pelo responsável indicado, ficando a proponente obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à ARES-PCJ, as partes julgadas insatisfatórias.

7 - DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

7.1. As licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de um representante, devidamente munidos de Procuração/**Termo de Credenciamento** (nos termos do **ANEXO V** do presente Edital, **devendo ser apresentado, fora dos envelopes, PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO**) que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame. Caso não seja o representante na licitação sócio da empresa, que apresente juntamente com a procuração o Contrato Social para aferição do outorgante dos poderes.

7.2. Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio dos representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

7.3. As licitantes que desejem encaminhar seus envelopes via postal com AR também deverão apresentar a declaração acima juntamente com a proposta comercial e, caso não se façam representar durante a sessão de lances verbais, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descritos no item 7.1.

8 - DA PROPOSTA

8.1. Na parte externa do envelope deverá constar a palavra "**PROPOSTA**". A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente edital. Suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

a) nome (identificação) da licitante, endereço, número de telefone, CEP e nº do CNPJ;
b) preço apresentando devendo estar em conformidade com as descritas no Anexo I deste edital, indicando o valor unitário e global, expresso em algarismos.

8.2. A simples participação neste certame implica:

a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
b) que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos;
c) que a empresa licitante vencedora se compromete cumprir sua proposta no preço constante de sua proposta;

d) prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.

8.3. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados neste edital, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação com a Declaração preenchida fora do envelope **Anexo II**. Os envelopes deverão indicar o número deste **PREGÃO** e conter externamente as indicações **“PROPOSTA”** e **“DOCUMENTAÇÃO”**.

9.2. Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no ato convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

9.3. Será então, selecionada pelo pregoeiro a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, relativamente à de menor preço.

9.4. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.5. Às licitantes selecionadas na forma dos itens 9.3 e 9.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

9.6. Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.

9.7. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.

9.8. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

9.9. Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço.

9.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo pregoeiro, implicará exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais.

9.11. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.12. O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.

9.13. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante que tiver formulado.

9.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

9.15. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto, para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

9.16. Da reunião será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação ao presente pregão deverá ser demonstrada diretamente pela apresentação dos documentos abaixo relacionados:

a). Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor e registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b). Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o qual poderá ser obtido através da internet no site da Receita Federal e deverá ser apresentada com a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes "A" da presente licitação. Também será admitida declaração expedida pela Receita Federal, desde que a data de expedição não seja superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes "A" da presente licitação;

c). Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d). Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede ou da filial da empresa participante da presente licitação, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei municipal;

e). Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) – através de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (conjunta – INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f). Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos;

g). Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, demonstrada através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

h). Declaração da Licitante que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho – MTE, na observância das vedações estabelecidas no Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sob as penas do art. 299 do Código Penal;

i) Certificado de Apenados, nos termos do site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm), com data não superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de informar a existência ou a inexistência de registro de apenamentos, comprovando a regularidade da pessoa jurídica no exato momento da pesquisa nos registros informatizados do Tribunal.

10.2. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido, para quaisquer dos documentos requeridos neste item.

10.3. Os documentos deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalva a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

11.1. No julgamento das propostas será considerado o menor preço global, nos moldes definidos neste edital.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados

aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos da letra “b”, do § 1º, do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

12 – DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar no Envelope nº. 01 PROPOSTA DE PREÇOS, os seguintes documentos:

a) declaração de que não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º. da Lei Complementar nº. 123/2006, (Anexo);

b) certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

12.2. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, será exigido das mesmas a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

12.3. A identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na sessão pública do pregão só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

12.4. Nas licitações do tipo menor preço, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas 2 microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

12.4.1. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.4.2. A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

a) ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no item serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

12.4.3. Não se aplica o sorteio quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

12.4.4. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão;

12.4.5. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global, observados os requisitos e as especificações definidas neste edital, sendo aceito somente duas casas decimais, com o valor unitário exato.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor, quaisquer dos licitantes poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do art. 4º da Lei 10.520/2002.

13.2. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Av. Paulista, 633 – Jardim Santana - Americana – SP.

13.3. Em atenção aos princípios administrativos da eficiência e da economia processual, o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que são insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.

14 – DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula editalícia ou condição de entrega serão aplicadas as regras do art. 78 da Lei 8.666/93.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão às contas da rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*).

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação relativa à presente licitação.

16.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3. O pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo.

16.4. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas relativas às orientações contidas no presente pregão, poderão ser solicitados por escrito ao pregoeiro ou através do telefone (19) 3601-8965, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

Americana, 13 de setembro de 2019.

JAIME CESAR DA CRUZ
Presidente da ARES-PCJ

(Despacho pelo art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93).
De acordo com os termos do Edital:

Tiago Alves de Sousa (OAB/SP 358.574)
Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ

ANEXO I
PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº, Inscrição Estadual sob nº, com sede no município de, Estado de....., na Rua, nº, através deste documento encaminha sua Proposta Comercial referente ao **Pregão Presencial nº 03/2019**, para consultoria para realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios regulados pela ARES-PCJ, respeitando as seguintes especificações:

Item	Objeto	Preço total
01	Prestação de serviços de realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios regulados pela ARES-PCJ conforme objeto descrito no edital do Pregão Presencial nº 03/2019	
Valor total (por extenso):		

Notas:

- 1) Os valores apresentados são com base na data desta Proposta que terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.
- 2) A assinatura nesta Proposta Comercial implica na aceitação dos termos deste Pregão Presencial.

.....de.....de 2019
(local)

Assinatura Autorizada

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO II **DECLARAÇÃO**

Pregão nº 03/2019

A empresa “.....”, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº/.....-
...., com sua sede no Município de, na ...(endereço completo)..., em
conformidade com o disposto no art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA que
está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no edital
que rege o certame acima indicado.

Local e data

Assinatura e nº do R.G. do declarante

(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO)

ANEXO III
DECLARAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº_____, por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF/MF nº_____, e através do(a) seu (sua) Contador(a), Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF/MF nº_____, inscrito no CRC sob o nº_____, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º §4º da referida Lei.

(local), ___ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal

Assinatura do Contador

(identificação/Nº do CRC)

<p>OBS: No documento deverá constar a assinatura do Contador, ficando este ciente de que assume total responsabilidade pela presente Declaração, e que responderá integralmente pela inexatidão das informações por ventura equivocadas.</p>

ANEXO IV
DECLARAÇÃO - SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO
MINISTÉRIO DO TRABALHO - ART. 7º, XXXIII, CF

A empresa _____, cadastrada no CNPJ/MF sob número _____, sediada na _____, na cidade de _____, representada por _____, _____(nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), _____ (vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente. O signatário do documento deverá ter poderes de decisão, que pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no contrato social ou estatuto da empresa, que por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes), portador do RG nº _____, cadastrado no CPF/MF sob número _____, residente e domiciliado na cidade de _____, DECLARA que está em situação regular junto ao Ministério do Trabalho, nos moldes do inciso XXXIII do artigo 7º da CF/1988.

Local e data

Representante legal

ANEXO V
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pregão n.º 03/2019

Ao
Pregoeiro Oficial
Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias do Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá – ARES-PCJ.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede na Rua/Av. _____, em _____/____, através do presente termo, credencia o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, a participar da licitação instaurada pela ARES-PCJ, na modalidade de **Pregão Presencial n.º 03/2019**, na qualidade de Representante Credenciado, outorgando-lhe poderes para praticar todos os atos pertinentes à licitação, entre os quais o de apresentar ofertas através de lances verbais e o de interpor, ou renunciar ao direito de interposição de recurso.

Por ser verdade, firmo o presente em uma única via.

_____, ___ de _____ de 2019.

**IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

CARIMBO DO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO)

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

Contrato para a prestação de serviço, que entre si celebram ARES- PCJ e a empresa para realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios regulados pela ARES-PCJ.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**, associação pública na forma de consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, representado por seu Presidente, **JAIME CÉSAR DA CRUZ**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 20.917.118-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF no 111.894.628-69, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxx, com sede na cidade de xxxxx, Estado de xxxxxxxxx, na Rua xxxx, nº xxxxx – bairro, neste ato representada por seu(sua) Representante Legal, **XXXXXXXX**, brasileiro(a), estado civil, profissão, portador(a) do RG nº xxxxxxxxxxxx SSP/xx, inscrito(a) no CPF/MF sob nº xxxxxx, residente e domiciliado(a) na cidade de xxxxxx, Estado de xxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si certo e ajustado à celebração do presente contrato, com as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços de água e esgoto dos municípios regulados pela ARES-PCJ.

1.2. O objeto estabelecido neste contrato deverá ser desenvolvido nos seguintes moldes e com as seguintes características:

1.2.1. DOS OBJETIVOS:

- a) Medir a satisfação dos usuários em relação ao prestador de serviços de água e esgoto;
- b) Identificar oportunidades de melhoria na prestação dos serviços;
- c) Identificar o grau de conhecimento da população sobre a agência reguladora (ARES-PCJ), bem como o grau de satisfação em relação ao trabalho desenvolvido pela agência.

1.2.2. DO PÚBLICO ALVO: Usuários dos serviços de água e esgoto nos municípios pesquisados.

1.2.3. DO PLANO AMOSTRAL:

1.2.3.1 O universo a ser pesquisado é composto dos atuais usuários (residenciais, comerciais ou industriais) dos produtos água encanada e/ou coleta de esgoto dos prestadores dos serviços de saneamento de municípios selecionados dentre os regulados pela ARES-PCJ.

1.2.3.1. A amostra e metodologia de abordagem foram definidas para cada município e consideraram aspectos específicos e melhores práticas de mercado. A amostra é representativa do universo, garantindo resultados com um nível de confiança de 95%.
1.2.3.2. Para efeito de medição (faturamento) os municípios poderão ser divididos em regiões, devendo ser apresentados relatórios para cada uma delas.

1.2.3.3. No quadro abaixo, constam o número de usuários deste universo, representados pelo total populacional (projeção IBGE 2018); a amostra a ser realizada em cada município e a data referência para a coleta de dados (entrevistas):

CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Americana	237.112	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Amparo	71.700	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Analândia	4.933	5%	330	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Araraquara	233.744	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Araras	132.934	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Artur Nogueira	53.450	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Atibaia	141.398	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Bom Jesus dos Perdões	24.898	5%	370	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Brotas	24.163	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Campinas	1.194.094	4%	590	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Capivari	55.141	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Cerquilha	48.074	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Cordeirópolis	24.221	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Corumbataí	4.047	5%	330	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Cosmópolis	70.998	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Dois Córregos	27.112	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Guaíra	40.533	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Holambra	14.579	5%	360	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Hortolândia	227.353	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1

Indaiatuba	246.908	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Ipeúna	7.401	5%	350	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Iracemópolis	23.846	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Itapira	74.299	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Itirapina	17.922	5%	360	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Itu	172.268	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jaboticabal	76.864	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Jaguariúna	56.221	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jumirim	3.315	5%	320	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Jundiá	414.810	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Leme	102.412	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Limeira	303.682	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Louveira	47.748	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Mogi Guaçu	150.713	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Mogi Mirim	92.715	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Monte Alegre do Sul	7.964	5%	350	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Nova Odessa	59.371	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
CIDADE	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	TOTAL DE ENTREVISTAS	PERÍODO DE COLETA	LOTE DE ENTREGA
Paraibuna	18.180	5%	360	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Pedreira	47.361	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Piracicaba	400.949	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Pirassununga	75.930	5%	375	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Porto Feliz	52.785	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Rafard	9.050	5%	350	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Ribeirão Preto	694.534	4%	590	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Rio Claro	204.797	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Rio das Pedras	34.704	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Salto	117.561	5%	380	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Santa Bárbara D'Oeste	192.536	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Santa Rita do Passa Quatro	27.514	5%	370	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
Santo Antonio de Posse	23.085	5%	370	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2

São Carlos	249.415	5%	380	De 15 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020	Lote 3
São Pedro	35.318	5%	370	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Sorocaba	671.186	4%	590	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Sumaré	278.571	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Tietê	41.622	5%	375	De 15 de novembro a 14 de dezembro de 2019	Lote 2
Valinhos	127.123	5%	380	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
Vinhedo	77.308	5%	375	De 15 de outubro a 14 de novembro de 2019	Lote 1
TOTAL	7.868.472	<1%	21.430		

1.2.4. **DA ABORDAGEM:** A técnica de abordagem é presencial, sendo as entrevistas pessoais e realizadas *in loco*. A empresa contratada será responsável pela distribuição amostral, sendo que cada unidade da amostra (residência ou comércio/indústria) deverá ser sorteada aleatoriamente a partir dos dados censitários informados pelo IBGE.

1.2.5. **DA COLETA DE DADOS (CAMPO):** Através de abordagem pessoal e domiciliar, a coleta de dados deverá acontecer dentro do intervalo apresentado, considerando a data mencionada na coluna “Período de Coleta” da tabela acima.

1.2.6. **DO RESPONDENTE:**

1.2.6.1. **Residências:** o responsável pelas contas de consumo, preferencialmente o chefe da família ou cônjuge.

1.2.6.2. **Condomínios:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água no condomínio, preferencialmente o síndico.

1.2.6.3. **Comércios:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água no comércio, preferencialmente o gerente ou proprietário.

1.2.6.4. **Indústrias:** o responsável pelo acompanhamento da conta e do consumo da água na indústria, preferencialmente o gerente ou proprietário.

1.2.7. **DAS ÁREAS DE ABORDAGEM:** Na realização dos trabalhos, a Contratada deverá abordar os seguintes fatores:

1.2.7.1. Avaliação da qualidade da água encanada que recebe do prestador de sua cidade;

1.2.7.2. Avaliação do serviço de esgoto;

1.2.7.3. Avaliação do atendimento;

1.2.7.4. Avaliação dos canais de atendimento e ouvidoria do prestador de serviço de água e esgoto;

1.2.7.5. Opinião sobre o melhor canal para fazer contato com o prestador;

1.2.7.6. Satisfação com os serviços de água e esgoto do município;

1.2.7.7. Satisfação com os serviços de varrição do município;

1.2.7.8. Satisfação com os serviços de coleta de resíduos sólidos do município;

1.2.7.9. Satisfação com outros aspectos pertinentes ao negócio;

1.2.7.10. Meios que se informa sobre as notícias da cidade e notícias em geral;

1.2.7.11. Nível de conhecimento e avaliação da ARES-PCJ.

1.2.8. DOS ÍNDICES DE SATISFAÇÃO: Os índices de satisfação a serem aferidos nos trabalhos realizados pela Contratada deverão contemplar/atribuir:

a) Escala com notas de 0 a 10, sendo 0 nada satisfeito e 10 totalmente satisfeito;

b) Motivação da nota atribuída.

1.2.9. DOS QUESTIONÁRIOS: Com relação aos questionários a serem elaborados para a realização da pesquisa de satisfação com os usuários, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

1.2.9.1. ARES-PCJ fornecerá os objetivos específicos para formatação do questionário;

1.2.9.2. A contratada deverá adequar o questionário ao conteúdo solicitado neste termo de referência, considerando versão aplicada anteriormente, a fim de manter a série histórica;

1.2.9.3. Deverá ser aplicado pré-teste para validação do questionário;

1.2.9.4. A versão final do questionário deverá ser aprovada pela ARES-PCJ.

1.2.10. DO TRABALHO DE CAMPO E CONTROLE DE QUALIDADE: Com relação ao trabalho de campo a ser realizado pela contratada, bem como em relação ao controle de qualidade da pesquisa em si, assim como de seus resultados, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

1.2.10.1. A contratada deverá contar com equipe de entrevistadores com experiência em pesquisas desta vertente, devidamente treinados para este trabalho, sendo que os treinamentos poderão ser acompanhados e avaliados pela ARES-PCJ;

1.2.10.2. Poderá ocorrer crítica em 100% (cem por cento) dos questionários;

1.2.10.3. Poderá haver checagem de 30% (trinta por cento) dos questionários;

1.2.10.4. Haverá supervisão comprovada em todos os níveis do processo de trabalho a ser realizado pela contratada;

1.2.10.5. Deverá haver consistência do banco de dados de saída.

1.2.11. DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS:

1.2.11.1. As respostas abertas e comentários deverão ser pré-codificados e agrupados por similaridade;

1.2.11.2. As respostas abertas e comentários deverão ser digitados no banco de dados exatamente como mencionado pelo entrevistado;

1.2.11.3. Para cada grupo de municípios deverá ser apresentada uma análise dos resultados, apontando os pontos fortes e oportunidades de melhoria;

1.2.11.4. É necessário que a contratada tenha em sua equipe, no ato de assinatura do contrato, pelo menos um profissional estatístico sênior, registrado no conselho de classe da sua região, além de um profissional de marketing capacitado e com experiência comprovada em análises de mercado a partir de informações de pesquisa de satisfação/percepção de clientes.

1.2.12. DAS OBSERVAÇÕES PERTINENTES:

1.2.12.1. Todo o processo terá o acompanhamento da ARES-PCJ: desenvolvimento da pesquisa, entrevistas, aplicação, supervisão, edição de questionários, pré-teste, processamento dos dados, incluindo tabelas de frequência, tabulações cruzadas, provas estatísticas, possíveis análises de correlação realizadas, bem como quaisquer outras atividades que façam parte do plano de trabalho;

1.2.12.2. A contratada deverá comunicar a ARES-PCJ a respeito da realização da pesquisa (trabalho de campo), sobre cada município em que for ocorrer, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

1.2.12.3. A contratada deverá seguir o código de ética e conduta de sua categoria, além de estar registrada junto ao Conselho Regional de Estatística (CONRE).

1.3. DOS PRODUTOS E DO PRAZO DE ENTREGA: A contratada deverá entregar os seguintes produtos, nos prazos a seguir destacados:

1.3.1. DO PLANEJAMENTO: A contratada deverá considerar no relatório de planejamento - a partir da emissão, pela ARES-PCJ, da Ordem de Serviços (OS) – as seguintes etapas mínimas:

- a) Cronograma de execução do contrato considerando: reunião de esclarecimento do termo de referência; etapas do processo; prazo de execução de cada etapa, bem como profissionais envolvidos;
- b) Adequação do questionário;
- c) Aprovação, pela ARES-PCJ, da versão final do questionário;
- d) Treinamento dos entrevistadores;
- e) Coleta de dados conforme cronograma;
- f) Primeira versão do relatório para análise e aprovação da ARES-PCJ;
- g) Entrega dos relatórios conforme cronograma.

1.3.2. DOS RELATÓRIOS:

1.3.2.1. Deverá ser apresentado relatório consolidado estratificado por município, bem como relatório geral com todos os municípios.

1.3.2.2. Os relatórios individuais (cada município) deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início da coleta de dados de cada lote e o relatório consolidado em até 45 (quarenta e cinco) dias após início do lote 3.

1.3.2.3. O relatório final de cada cidade, contendo todos os resultados do estudo, deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início da coleta de dados de cada lote.

1.3.2.4. Os relatórios deverão ser confeccionados em Power Point e disponibilizados digitalmente.

1.3.2.5. Os relatórios deverão seguir, no mínimo, o padrão de qualidade estética, estrutural e de conteúdo do “modelo” que será fornecido pela ARES-PCJ.

1.3.2.6. Total de 59 relatórios, sendo 01 por município pesquisado (total de 58) e 01 geral.

1.3.2.7. Todos os relatórios serão analisados e considerados entregues após aprovação da ARES-PCJ.

1.4. DO BANCO DE DADOS:

1.4.2. Deverá a contratada realizar entrega de banco de dados, no ato de entrega do último relatório – relatório consolidado com todos os municípios -, com informações separadas por município, em meio digital, formato Excel, acompanhado de dicionário de dados.

1.4.3. O banco de dados deve estar organizado de forma que seja possível consultar os resultados por tema/questão.

1.4.4. Todas as respostas abertas e comentários de satisfação – que deverão estar discriminados no banco de dados - deverão estar transcritos conforme respondido pelo entrevistado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do contrato será de R\$ xxxxxx (xxxxxx) e o pagamento dar-se-á de acordo com o cronograma estabelecido neste Contrato.

2.1.1. Pela integral e satisfatória execução do objeto deste contrato, a contratante efetuará o pagamento dos serviços executados pela contratada, nos moldes do Termo de Referência, em 4 (quatro) parcelas, sendo:

a) **20% (vinte por cento), no prazo 15 (quinze) dias após entrega do planejamento - Produto: Relatório de planejamento da execução do contrato com: detalhamento das principais etapas do processo, prazo de execução de cada etapa e profissionais envolvidos;**

b) **25% (vinte e cinco por cento), no prazo de 30 (trinta) dias após início do trabalho de campo do 1º lote - Produto: Relatórios;**

c) **25% (vinte e cinco por cento), no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do último relatório referente ao 2º lote - Produto: Relatórios;**

d) **30% (trinta por cento), no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do último relatório referente ao 3º lote e do relatório geral do grupo de municípios - Produto: Relatórios.**

2.2. Os preços deverão incluir todas e quaisquer despesas diretas e indiretas incluindo e não se limitando às despesas com materiais, pessoal, encargos, despesas com viagens, estadias, refeições, combustíveis, comunicações, seguros, impostos e taxas.

2.3. Para a realização dos pagamentos terão as seguintes considerações:

a) A **CONTRATADA** deve encaminhar após o fechamento da fatura à Diretoria Administrativa da Contratante a Nota Fiscal/Fatura;

b) Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias da data do vencimento das faturas, por parte da **CONTRATANTE**, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE “*pro rata die*” devida entre o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento;

c) A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo da prestação de serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério e conveniência da ARES-PCJ.

3.2. Findo o prazo de vigência do contrato, haverá a presunção de que a **CONTRATADA** adimpliu com suas obrigações contratuais. Todavia, permanece resguardado o direito da **CONTRATANTE** de adotar as medidas cabíveis caso verifique que a Contratada não tenha adimplido com todas suas obrigações ao fim do contrato, no prazo de até 02 anos.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos da definição expressa no art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PARA CORRER AS DESPESAS

5.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da Rubrica Custeio Administrativo (*nº 010101.0412510012.001 Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*) da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ.

CLÁUSULA SEXTA - DAS GARANTIAS

6.1. Para fins do disposto no art. 56 da Lei Federal 8.666/93, para a execução deste contrato, a **CONTRATANTE** não exigirá da **CONTRATADA** nenhuma garantia que assegure a plena execução do disposto neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações e em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam, prestando os serviços de forma adequada, meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos;

b) Atender em até 48 (quarenta e oito) horas às solicitações da fiscalização da **CONTRATANTE**;

c) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando, sempre que necessários, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização;

d) Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, sendo que a fiscalização,

pela CONTRATANTE, exercida por força deste Contrato, não exime a responsabilidade da CONTRATADA;

e) Guardar absoluto sigilo acerca de todas as informações relativas ao objeto deste Contrato, recebidas da CONTRATANTE;

f) Executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações expostas na cláusula primeira deste Contrato;

g) Prestar à CONTRATANTE, sempre que necessário, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária ao bom desenvolvimento das atividades;

h) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) Incumbir-se do pagamento do salário dos profissionais e todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação;

j) Manter a execução do contrato mesmo em caso de inadimplência por parte da Contratante, desde que não seja superior a 90 (noventa) dias;

k) Não manter em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados de acordo com o prazo estabelecido no Contrato.

b) Emitir Ordem de Serviço à **CONTRATADA** para a execução do objeto deste Contrato;

c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, inclusive comunicando a **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e/ou endereço de cobrança e responsável legal e respondendo a todas as notificações encaminhadas pela CONTRATANTE;

CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS E PENALIDADES

8.1. Fica pactuado que o não atendimento da solicitação para a execução do serviço descrito na Cláusula Primeira, bem como o atraso injustificado na respectiva conclusão, ensejará à **CONTRATADA** a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida, além das demais cominações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e neste Contrato, respeitada a graduação da penalidade com base na gravidade da inexecução, tempo de atraso ou prejuízo a CONTRATADO, o que deverá ser analisado mediante instauração de processo administrativo.

8.2. Poderá, ainda, haver a aplicação das sanções previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, no que diz respeito à hipótese de rescisão contratual, nos casos expressos em lei, restando à **CONTRATANTE** o direito de reter eventuais créditos para ressarcir-se dos prejuízos que eventualmente lhe forem causados, sujeitando a **CONTRATADA** à consequência prevista no artigo 80, inciso IV, da mencionada Lei.

8.2.1. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **CONTRATANTE**, desde que formuladas, mediante protocolo, pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da notificação por escrito, da intenção de aplicação da sanção.

8.3. As penalidades estabelecidas no item anterior não serão aplicadas se a infração decorrer de hipótese motivada por força maior ou caso fortuito, conforme inciso XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente comprovada e aceita pela **CONTRATANTE**, em caso de acordo entre as partes, ou por razões de interesse público devidamente justificadas, assim como nas situações elencadas nos incisos XII a XVI do art. 78 da lei mencionada em epígrafe.

8.4. Fica pactuado, também, que a aplicação da multa pecuniária não impede que a **CONTRATANTE** rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato, podendo ser acumuladas com as penalidades de advertência, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como, declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

8.5. No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa, no percentual de até 10 % (dez por cento) do valor da contratação;

c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.5.1. As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 8.5 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.6. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela **CONTRATADA** ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A **CONTRATANTE** poderá a todo tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade, rescindir unilateralmente este contrato administrativo, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, quando a **CONTRATADA**:

- a) deixar de cumprir, dentro dos prazos estipulados, quaisquer das cláusulas ou condições deste Contrato;
- b) não der atendimento às solicitações concernentes à execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, deste instrumento;
- c) cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- d) paralisar suas atividades, sem justa causa e prévia comunicação a ser enviada por escrito, com prazo nunca inferior à 30 (trinta) dias;
- e) tiver sua falência decretada ou tiver instaurado insolvência civil;
- f) alterar ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa de forma que prejudique a execução do contrato;
- g) decretar a dissolução da sociedade ou em caso de falecimento;
- h) quando a **CONTRATANTE** estiver abarcada por razão de interesse público devidamente justificada;
- i) sofrer ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- j) mantiver em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- k) incorrer nas demais incidências previstas nos artigos 77 a 79 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/1993, naquilo que for pertinente.

9.2. O contrato administrativo também poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com prazo nunca inferior à 30 (trinta) dias.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, cabendo à **CONTRATADA**, caso queira, apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação, restando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Em caso de inadimplência das obrigações contratuais por parte da Contratante, não sendo observado o disposto na cláusula 9.2, a **CONTRATADA** deverá pleitear a rescisão contratual por vias judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Este Contrato poderá, por iniciativa das partes, e respeitada a legislação pertinente, sofrer modificações quanto à sua abrangência ou conteúdo, através da celebração de termos Aditivos, os quais regularão, inclusive, os casos omissos.

10.1.1. Este contrato se vincula aos termos da Lei Federal n.º 8.666/93; da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Anticorrupção), no tocante à celebração, a critério do Presidente, autoridade máxima da ARES-PCJ, Acordo de Leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos descritos na Lei, nos termos dos artigos 5º, IV; 16 e 17; bem como do Pregão Presencial n.º 03/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

11.1. A execução deste Contrato será fiscalizada pelo gestor do Contrato indicado pela **CONTRATANTE**, sendo que, deverá anotar em registro próprio as ocorrências existentes, inclusive determinando o que for necessário à respectiva regularização.

11.2. Cabe ao gestor do contrato a aceitação dos serviços e da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do relatório, vedada a recusa injustificada.

11.3. Os serviços ora contratados serão conferidos e atestados pelo Departamento Administrativo da **CONTRATANTE**, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à **CONTRATANTE**, as atividades comprovadas como insatisfatórias.

11.4. A fiscalização do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

12.1. A assinatura deste contrato importa na afirmativa, pela **CONTRATADA**, da inexistência de impedimento, de qualquer natureza, para o estabelecimento de relação jurídica com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A ARES-PCJ se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, fiscalização essa que em nenhuma hipótese eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios ou de prepostos ou omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS E FORO

14.1. Em caso de controvérsia, discussão ou desacordo quanto ao cumprimento, interpretação ou aplicação do presente Contrato, as partes preliminarmente deverão notificar uma à outra, por intermédio de carta registrada ou outro meio eficaz e idôneo, devendo ser sanado o defeito ou infração pela parte que lhe der causa no prazo máximo e improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, findo qual este contrato poderá ser rescindido, podendo a parte que se julgar prejudicada recorrer às vias adequadas para a compensação a que possa vir fazer *jus*.

14.2. As partes elegem, de comum acordo, o foro da Cidade de Americana para dirimir dúvidas ou pendências oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um mesmo e único fim, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Americana, xx de xxxxx de 2019.

CONTRATANTE:

JAIME CESAR DA CRUZ
Presidente da ARES-PCJ

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Carlos Roberto de Oliveira
RG nº 32.824.181-7

Dalto Favero Brochi
RG: nº 11.671.976-X

De acordo com os termos do contrato:

Tiago Alves de Sousa (OAB/SP 358.574)
Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ